

IMPUGNAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO



TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.01.25.01-TP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O GERENCIAMENTO DE PROJETOS COM METODOLOGIA PMBOK E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS COM METODOLOGIA BPMN JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PARACURU – CE.

Assunto: **CONTRARRAZÕES.**

Impetrante: **INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INGETI**

Contrarrrazões: **ASTECA ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA LTDA ME, CNPJ 10.609.244/0001-20**

DAS INFORMAÇÕES:

A Comissão de Licitação se manifestou acerca do recurso impetrado pela empresa **INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INGETI**, em face do julgamento da habilitação do edital Tomada de Preços nº 2021.01.25.01-TP, com objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O GERENCIAMENTO DE PROJETOS COM METODOLOGIA PMBOK E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS COM METODOLOGIA BPMN JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PARACURU – CE**, com base no Art. 109, I, a, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DOS FATOS:

A recorrente, em suas razões de recurso, sustenta que muito embora tenha sido declarada sua inabilitação, a mesma alega que os documentos apresentados se adequam as exigências legais.

A Comissão de Licitação declarou a recorrente sumariamente inabilitada sob o fundamento de que a Empresa descumpriu as cláusulas 5.4.5.1 e 5.4.5.3 no sentido de que não apresentou atestado de capacidade técnica, nem acervo técnico compatíveis com o objeto da licitação.

Ao final, requereu:

a) que seja julgado provido o recurso, reconhecendo a ilegalidade da decisão hostilizada, bem como admita-se a declaração de habilitação da recorrente no certame;

Ante o exposto, assiste razão à Recorrente para **REQUERER** que V. Sa. se digne de **ATRIBUIR TOTAL PROVIMENTO** ao presente Recurso, ocasião em que deverá **REFORMAR A R. DECISÃO RECORRIDA**, declarando o **Instituto Nacional de Gestão, Educação, Tecnologia e Inovação – INGETI** plenamente **HABILITADO** no curso da **TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.01.25.1** e apto a prosseguir na Disputa.

BLESSER TAVARES

MORENO:878746523

04

Digitally signed by BLESSER TAVARES
MORENO:87874652304
DN: cn=BLESER TAVARES, ou=Autoridade Certificadora
Braz São Paulo, o=IC-SOLTEI, ou=IC-SOLTEI
/c=br, ou=2088351000110, ou=Certificado PF A3,
cn=BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
Date: 2021.02.25 14:52:53 -0300

DAS CONTRARRAZÕES:

Apresentamos contrarrazões, conforme opção prevista no item 13.4 do edital convocatório.

DO MÉRITO:

Inicialmente, destacamos que no tocante a **INABILITAÇÃO** da empresa **INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INGETI**, a ata de julgamento da habilitação, da sessão publicada do dia 16/02/2021, menciona que, conforme os termos que seguem:

...Abaixo segue quadro com o nome das empresas participantes e situação habilitatória...

| EMPRESA(S) | CNPJ | SITUAÇÃO |
|--|--------------------|---|
| INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INGEPI | 10.438.451/0001-69 | <p>A EMPRESA FOI CONSIDERADA INABILITADA POR DESCUMPRIR O EDITAL EM SUAS CLAUSULAS:</p> <p>5.4.5.1 –APRESENTOU UM ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DO CERTAME;</p> <p>5.4.5.3 – APRESENTOU RESPONSÁVEL TÉCNICO GRADUADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ONDE NO EDITAL PEDE QUE O DETENTOR DO ATESTADO QUE POSSUA ACERVO TÉCNICO SEJA DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.</p> |

Como vimos os motivos apresentadas em julgamento de habilitação são objetivos e se balizaram em argumentos bem definidos previstos no edital. Como poderiam um participante ser declarado habilitado e, portanto, reclassificado se o mesmo não comprovou os documentos arrolados no edital convocatório quando da fase de habilitação, **quais sejam os exigidos nos ITENS 5.4.5.1 E 5.4.5.3. exigidos no Edital.** Tais exigências de documentos motivadores da sua inabilitação são informações claramente definida no edital, conforme passamos a analisá-las ponto a ponto.

5.4.5.1. Comprovação de Aptidão da Pessoa Jurídica, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido através de atestado(s) de capacidade técnica, por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, com firma reconhecida em cartório, declarando ter a licitante prestado eficientemente os serviços.

5.4.5.3. Apresentar comprovação da PROPONENTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais de nível superior na área de Administração de empresas devidamente reconhecido pelas entidades competentes, detentor de no mínimo de 01 (um) atestado ou certidão de responsabilidade técnica, com o respectivo acervo expedido pela entidade profissional competente, emitido por

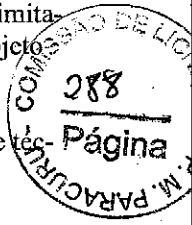
O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 trata da documentação necessária para a habilitação técnica em procedimento licitatório. Ali estão listados todos os elementos necessários para que uma empresa apresente à Administração Pública de modo a atestar que está apta a executar as obras ou serviços que serão contratados pelo Poder Público.

O § 1º do art. 30 destaca que a comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, no caso das licitações pertinentes a obras e **serviços**, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes. O inc. I do parágrafo mencionado traz as limitações às exigências:

BLESSER TAVARES
MORENO:87874652304

Digitally signed by BLESSER TAVARES MORENO 87874652304
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Ritz
Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla,
serial=5582551000116, ou=Certificado PF A3, ou=BLESSER
TAVARES MORENO:87874652304
Date: 2021.02.25 14:58:20 -03'00'

[...] capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;



O Tribunal de Contas da União destacou, em acórdão de 2016, a amplitude da análise da capacidade técnica das empresas:

A análise da capacidade técnico-operacional da empresa vai além da comprovação da capacitação do profissional, visto que abrange também as instalações, o aparelhamento, metodologias de trabalho e processos internos de controle de qualidade, dentre outros aspectos, ou seja, o fato de um responsável técnico de uma determinada empresa ter executado serviço semelhante não garante que a empresa a qual se acha atualmente vinculado a executará de forma satisfatória.

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

No que diz respeito à qualificação técnico-profissional, a Lei de Licitações, no § 1º, inc. I, de seu art. 30, dispõe que a licitante deverá demonstrar

“possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.”

Nestes termos, está comprovado e não há dúvidas quanto a legalidade da exigência editalícia, é forçoso concluir que o cumprimento ao mandamento editalício é imperioso, sob pena de inabilitação, que é o caso.

Este é o comando legal, esta é a interpretação da melhor doutrina administrativista pátria acima arrolada, este é o entendimento da jurisprudência, inclusive administrativa, caso do Tribunal de Contas da União, como se apontou, que deve ser observada por imperativos indeclináveis para o administrador público e que são, exatamente, seu dever de preservar o interesse público e, isto, porque, como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello:

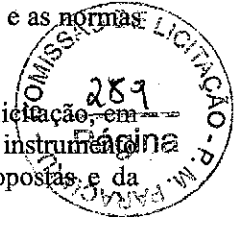
“A Administração não convém atirar-se em negócios aleatórios. Não pode envolver-se em riscos que tragam incertezas quanto ao efetivo cumprimento dos encargos que poderão incidir sobre a parte vencedora. O interesse público, a continuidade do serviço, não se compadecem com álea que deriva de avença travada com que pudesse comprometer, por insuficiência econômica ou técnica, a satisfação dos superiores interesses curados pelo Poder Público.”

Há que se reforçar que as exigências editalícias aqui comentadas têm como objetivo tão somente a segurança da Administração nas futuras contratações, não constando em inócuas ou absurdas, constam comprovadamente legais e pertinentes com objeto em licitação.

BLESSER TAVARES
MORENO:87874652304

Digitally signed by BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=26582551000110, ou=Certificado PF A3, cn=BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
Date: 2021.02.25 14:53:36 -03'00'

A licitação deverá pautar-se por um julgamento objetivo, ou seja, principalmente aquele previsto no instrumento convocatório, não há que se falar em atitude diversa, o julgamento deverá seguir o rito e as normas do edital.



É mister salientar que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, caput, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários estabelecendo os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e igualdade como estritamente relevantes no julgamento das propostas e da habilitação:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na percepção de Diógenes Gasparini, *"submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital"*.

Prossegue o ilustre jurista, nas linhas a seguir:

"(...) estabelecidas às regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis durante todo o seu procedimento. Nada justifica qualquer alteração de momento ou pontual para atender esta ou aquela situação."

Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia.

Nesta seara vejamos entendimento do STJ:

O STJ entendeu: "O princípio da vinculação ao instrumento convocatório se traduz na regra de que o edital faz a lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que se vinculam as partes." **Fonte:** STJ. 1ª turma, RESP nº 354977/SC. Registro nº 200101284066.DJ 09 dez. 2003. p. 00213

Descumprido estaria no caso o não menos considerável princípio da igualdade entre os licitantes, quando se uns apresentaram a documentação segundo o determinado no edital, outros não poderiam descumprir, ainda quando atrelados a este princípio, segundo classificação dada por **Carvalho Filho**, estão os princípios correlatos, respectivamente, da **competitividade** e da **indistinação**.

Princípio de extrema importância para a lisura da licitação pública, significa, segundo **José dos Santos Carvalho Filho**, *"que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro."*

Outro princípio que seria descumprido é o não menos importante princípio do julgamento objetivo. A licitação tem que chegar a um final, esse final é o julgamento, realizado pelo próprio Presidente da CPL, e no caso de convite, por um servidor nomeado. Esse julgamento deve observar o critério objetivo indicado no instrumento convocatório. Tal julgamento, portanto, deve ser realizado por critério, que sobre ser objetivo deve estar previamente estabelecido no edital ou na carta-convite. Portanto, quem vai participar da licitação tem o direito de saber qual é o critério pelo qual esse certame vai ser julgado, como assim o foi.

Verificamos que o princípio do julgamento objetivo encontra arrimo nas normas dos Art's. 40, inciso VII, 43, inciso V, 44 e 45 caput, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Desta feita, habilitar a empresa recorrente seria incorrer em ilegalidade do ato administrativo, e, conseqüentemente, do procedimento licitatório, caso em que haveria de ser o mesmo anulado. Nesse diapasão arremata **Hely Lopes Meirelles**, em ensinamento percutiente, que:

BLESSER TAVARES
MORENO:87874652304

Digitally signed by BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
DN: cn=BLESSER TAVARES MORENO, o=AC SOLUTTI, ou=AC SOLUTTI Matúria, ou=2883551000110,
c=BR, email=BLESSER TAVARES MORENO@87874652304
Data: 2013.03.25 14:55:53 -0300

"Ato nulo é o que nasce afetado de vício insanável por ausência ou defeito substancial em seus elementos constitutivos, ou no procedimento formativo. A nulidade pode ser explícita ou virtual. É explícita quando a lei comina expressamente, indicando os vícios que lhe dão origem; é virtual quando a invalidade decorre da infringência de princípios específicos do direito público, reconhecidos por interpretação das normas concernentes ao ato. Em qualquer destes casos, porém, o ato é ilegítimo ou ilegal e não produz qualquer efeito válido entre as partes, pela evidente razão de que não se pode adquirir direitos contra a lei." (DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, RT, 12ª ed., São Paulo, p. 132)

A lei de licitações deverá ser aplicada em sua amplitude, principalmente com as demais normas vigentes e originárias, as constitucionais, portanto, em relação à legitimidade da referida exigência e, a respeito da sua legalidade, analisemos a luz da indispensabilidade contida no Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por isso, restam comprovadas a regularidade das exigências supramencionadas no ato convocatório e quanto ao julgamento por parte do Presidente da Comissão, de maneira que não se pode interpretar o edital de forma diversa ao sentido das normas nele contido, mormente quando não se está mais em fase legal para tanto.

Pois bem, não há que se falar em entendimento diverso, é a máxima: "*Não é dado ao intérprete alargar o espectro do texto legal, sob pena de criar hipótese não prevista*" (Ivan Rigolin).

O professor Toshio Mukai, pontua "*Onde a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo*".

Ressaltamos que em sede de descumprimento de exigência comprovadamente legal, decidiu o

STJ:

"...desmerece habilitação em licitação pública a concorrente que não satisfaz as exigências estabelecidas na legislação de regência e ditadas no edital." Fonte: STJ. 1ª turma, RESP nº 179324/SC. Registro nº 199800464735.DJ 24 Jun.. 2002. p. 00188. Revista Fórum Administrativo – Direito Público vol. 17. ano 2. jul. 2002.

Assim, a luz dos enunciados alhures, não poderá o Presidente da Comissão considerar habilitada a empresa recorrente, pelas razões já apontadas nesta peça, mormente em vista ao não cumprimento integral aos itens do edital regedor, especificamente quanto aos requisitos de habilitação, posto que, se assim proceder, descumprirá o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado nas recomendações do Art. 41, caput, da Lei de Licitações Vigente, *ipsis verbis*:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ensina:

"O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública". (pág. 382).

No dizer do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo",

BLESSER TAVARES

MORENO:87874652304

Digitally signed by BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
DN: cn=BLESSER TAVARES MORENO:87874652304, o=Autenticidade Certificadora P&S Brasil
c=BR, ou=CA Central de Registro de Assinaturas, ou=2002031700115
Serial=142569-87874652304

“Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços” (pág 88).

É entendimento corrente na doutrina, como na jurisprudência, que o Edital, no procedimento licitatório, constitui lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação.

DO PEDIDO:

Assim, ante o acima exposto, abranjo para que seja conhecido as razões recursais, mas, entendendo pela permanência da **INABILITAÇÃO** da empresa **INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – INGETI**, pelas razões acima expostas, mantendo-se o julgamento dantes proferido como forma de preservar-se a legislação competente, mormente os princípios norteadores da atividade administrativa, tais quais, o da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo. Portanto, julgando os pedidos em recurso impetrando pela empresa recorrente: **IMPROCEDENTE**, subsidiariamente, não havendo a reconsideração da inabilitação, que seja remetido seu recurso à autoridade superior para fins de apreciação, com base no Art. 109, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Fortaleza/CE, em 24 de fevereiro de 2021.

**BLESSER TAVARES
MORENO:87874652304**

Digitally signed by BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC
SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=26882551060110, ou=Certificado PF A3,
cn=BLESSER TAVARES MORENO:87874652304
Date: 2021.02.25 14:54:39 -03'00'

**BLESSER TAVARES MORENO
ASTECA ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA EIRELI ME
CNPJ 10.609.244/0001/20**

